

REDAÇÃO NO VESTIBULAR: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA EM 1982

Linanda de Arruda Mello**
Wanilda Lima Vidal de Lacerda

INTRODUÇÃO

A prova de Comunicação e Expressão, no Concurso Vestibular 1982-PB, compreendeu as seguintes matérias: Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Língua Estrangeira.

A parte de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira foi constituída de duas questões sob o tipo de resposta livre extensa (redação), além de quinze objetivas avaliadas exclusivamente pelo computador. Esta organização foi em atendimento à Resolução 76/81 do CONSEPE, através dos artigos 10 – caput e §§ 1º, 2º e 3º – e 11:

“Art. 10 – As provas do Concurso Vestibular deverão aferir conhecimentos a nível de 2º grau e aptidão para prosseguimento de estudos em curso superior.

§ 1º – As provas deverão ser elaboradas com predominância da capacidade de raciocínio, do pensamento crítico e da análise sobre os conteúdos que envolvam simples memorização;

§ 2º – O conteúdo das provas será distribuído do modo a assegurar o máximo de abrangência do programa;

§ 3º – Cada uma das provas do Concurso terá conteúdo idêntico para todas as áreas.

Art. 11 – As provas de Comunicação e Expressão e de Estudos Sociais serão elaboradas envolvendo questão ou questões que exijam a livre expressão do candidato, destinando-se a primeira a aferir sobretudo a capacidade de redação em língua portuguesa”.

Relatório dos trabalhos referentes à correção das redações do Concurso Vestibular/1982 apresentado à COPERVE-PB.

* Professoras do Curso de Letras da UFPB e Membros da Banca Examinadora do Concurso.

Questões que envolveram literatura serviram para aquilatar, dos candidatos, o mínimo de interesse de motivação para os assuntos literários, que compõem a cultura brasileira e que tanto ajudam a viver, ampliando a visão do mundo.

A parte subjetiva correspondeu a 70% do valor da prova — parte de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira —, enquanto a parte objetiva correspondeu a 30%.

É sobre a parte de redação que se concentra uma grande atenção e preocupação dos candidatos, de seus professores e, sobretudo, da COPERVE, responsável pela elaboração da prova — entregue a uma comissão de professores em trabalho conjunto com uma assessoria pedagógica — e pelo complexo trabalho de correção das redações.

E, para que bem se processasse este trabalho de julgamento, a COPERVE desenvolveu uma programação de atividades correlatas, começando pelo planejamento dos trabalhos de correção.

Este relatório trata apenas do “trabalho de correção” das redações em língua portuguesa, em seus diversos envolvimento.

Assim, está dividido o relatório em quatro partes:

Das redações e seus objetivos

Dos trabalhos de correção

- fase de planejamento
 - fase de treinamento
 - fase de correção
 - fase de avaliação e revisão da correção
- critérios de avaliação
folha de correção para o treinamento
roteiro da fase de treinamento

Do nível do desempenho dos candidatos

- pontos específicos ao resumo
- pontos específicos à segunda redação
- pontos comuns às duas redações

Repercussão da redação do vestibular no ensino do segundo grau

A primeira parte inclui a apresentação do texto para resumo e dos temas sugeridos para uma segunda redação.

A segunda parte, na fase de correção, propiciou a formulação de colocações várias, por parte dos professores avaliadores, dirigidas à COPERVE, e transcritas neste relatório.

A terceira parte sintetiza os “desvios”, as tendências e certas “raridades” no uso da língua e na composição dos textos, com a preocupação de se levantarem algumas das prováveis causas.

O relatório apresenta ainda as “conclusões”.

1 DAS REDAÇÕES E SEUS OBJETIVOS

A parte subjetiva de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, na prova de Comunicação e Expressão do Vestibular Unificado 1982-PB, foi constituída de duas questões de redação.

A primeira redação consistiu no resumo discursivo de um texto narrativo — de *Apólogos*, de Coelho Neto — de 28 linhas para cinco. Teve como objetivo “avaliar a capacidade de compreensão de texto, através da seleção do núcleo e da expressão em língua portuguesa”, de vez que “forma e fundo” são inseparáveis. Testou-se, pois, do candidato a capacidade de leitura com a devida seleção do núcleo, deixando à parte a catálise. O texto foi o seguinte:

“Uma noite o lenhador sonhou que, ao entrar na floresta, vira fender-se uma grande árvore e aparecer dentro dela o gênio da mata. Era um gigante, todo verde, cujos cabelos eram compridos cipós, cujos braços eram grossos galhos, cujos pés eram imensas raízes, que assim lhe falou em voz retumbante:

– “Homem forte, o teu machado inclemente vai devastando a minha floresta. Venho fazer-te uma proposta: se a aceitares poderás abandonar o machado, porque terás fortuna maior do que a do homem mais rico da cidade. Queres?”

E o lenhador, em sonho, respondeu:

– Sim. Quero.

– Então assina com o teu sangue o que está escrito nesta folha verde e eu te conduzi-rei ao lugar em que se acha o tesouro.

Prontamente, picando uma veia do braço, tirou o sangue com que assinou o compro-misso e o gênio, tomando-o facilmente nos braços, levou-o a um canto do bosque, perto de uma fonte, sítio que ele conhecia por haver, muita vez, procurando com sede e, cavan-do à beira d’água, fez aparecer um grande cofre de ferro, enferrujado e poído, e, abrindo-o, viu o lenhador que estava cheio, até às bordas, de moedas de ouro.

– É teu, disse-lhe o gênio, leva-o. Lembra-te, porém, das palavras que assinaste.

Foi com o ruído alegre das moedas de ouro que o lenhador acordou.

Levantou-se, vestiu-se e partiu.

O homem não falava, a pensar na riqueza, ambicionando um tesouro maior.

Entrando na floresta logo descobriu uma grande árvore, caminhou direito a ela e levan-tou o machado atirando um golpe fundo ao tronco. Pôs-se a seiva a correr e ele talhava sem pena, quando um estalo seco anunciou-lhe que a árvore pendia.

Quis fugir, mas sentiu-se enleado num cipóal, os pés como que se lhe haviam cravado na terra. Debateu-se, gritou vendo a imensa árvore inclinar-se com estrépito medonho.

Mas a árvore, como se, subitamente, a impelisse um grande vento, arriou fragorosamen-te esmagando sob o seu tronco o lenhador ambicioso.

(COELHO NETO, Henrique - Apólogos - 4.ed. Porto, Lello & Irmão, 1924, excertos p. 74-88)

A segunda redação consistiu no desenvolvimento, em vinte linhas apenas, de um dos três temas sugeridos:

- O muito querer pode perder-nos
- Vale a pena sonhar?
- O lado fantástico da ciência

Teve esta segunda redação como objetivo central “avaliar a capacidade de expressão em língua portuguesa”, no discorrer livremente sobre um tema, não tendo, porém, prescindindo da aten-ção a seu “conteúdo”, ou “fundo”, pela já citada razão de serem inseparáveis “fundo e forma”. Testou-se do candidato a capacidade de aplicação da gramática da língua portuguesa e veicular seus sentimentos e pensamentos – respeitados todos –, muitas vezes com a ajuda de recursos estilís-ticos – também aquilatados –, ao mesmo tempo em que se apreciou a sua criatividade e a sua téc-nica de composição do texto.

2 DOS TRABALHOS DE CORREÇÃO

O interesse por uma justa avaliação – preocupação permanente da COPERVE – norteou essa insigne COMISSÃO, determinando a divisão dos trabalhos da correção em quatro fases:

- Fase de planeamento
- Fase de treinamento
- Fase de correção
- Fase de avaliação e revisão da correção

2.1 Da fase de planeamento

A fase de planeamento teve por objetivo fixar os critérios de avaliação, organizar um roteiro da fase de treinamento e uma folha de correção padronizada a ser aplicada por ocasião desse trei-namento.

2.1.1 Dos critérios de avaliação

Revistos os critérios de avaliação de vestibulares anteriores, e levando em conta a experiência desses vestibulares, assim definiram-se os critérios de avaliação para o Vestibular-82:

- a) Do valor e do seu registro rubricado
 - Atribuir a cada redação uma nota em número inteiro entre 0 e 10.
 - Registrar a nota junto a cada redação.
 - Repetir essas notas na capa. Somá-las e colocar o resultado no espaço que precede a rubrica.
 - Rubricar cada prova corrigida, na capa.
- b) Do critério globalizante no julgamento das duas redações
Para o julgamento dos textos, levar em conta fundo e forma – indissociáveis.
- c) Do nível de escolaridade das redações
Levar em conta, na avaliação, o nível do segundo grau exigido dos candidatos.
- d) Dar norma
Tomar como referencial a norma da língua escrita, admitindo-se interpenetrações eventuais da falada.
- e) Do erro
 - Medir a natureza do “erro”, distinguindo entre gravidade e irrelevância.
 - Assinalar todos os “erros”, embora não sejam todos considerados para efeito de computação da nota.
 - considerar os seguintes pontos:
 - e a) Ortografia
 - Observar convenção ortográfica de 1943 e a lei de 1971.
 - considerar irrelevâncias: trema, apóstrofo, hífen, acento diferencial, acento de oxítonos em *u* e em *i* e o uso de *K*, *W* e *Y*.
 - e b) Pontuação
Considerar importante o efeito da clareza.
 - e c) Vocabulário
Considerar pontos negativos:
 - impropriedade semântica;
 - formação fora do sistema;
 - pobreza vocabular: uso de “coisa”, “negócio” etc;
 - repetição de “palavras-ônibus”: “legal”, “grande” etc;
 - plebeísmos;
 - gíria;
 - palavras irreverentes.
 - e d) Concordância
Considerar irrelevâncias:
 - a concordância na passiva pronominal;
 - e a concordância ideológica que não fira os ouvidos.
 - e e) Regência
– Ser mais tolerante com a regência verbal e nominal.
 - Ser mais rigoroso com o anacoluto vicioso, como o emprego descabido de “cujo”, “onde”, “o qual” etc.
 - e f) Colocação
Ver com relativa abertura a colocação dos pronomes átonos.
 - e g) Estruturação da frase e do parágrafo.
 - Atentar ao encadeamento lógico das idéias (desenvolvimento do pensamento + coerência das idéias).

- Considerar ponto negativo o uso de chavões, clichês e frases feitas.
- Atentar à correlação dos tempos verbais.

f) Da primeira redação em seus pontos específicos

Tendo o resumo como objetivo central a seleção do núcleo, determinar o seu valor máximo pelo número de segmentos nucleares.

O texto dado, com dez segmentos, permitiu valer cada segmento até + 1 ponto, se realmente estiver o seu conteúdo conforme o texto, e até - 1 se o conteúdo for falso, em desacordo com o texto.

Para a análise da sintaxe narrativa, voltar a atenção para a disposição dos segmentos constitutivos do fio narrativo nuclear. Assim, poderão estar os segmentos dispostos segundo uma ordem cronológica crescente ou decrescente dos fatos, segundo a técnica do encaixamento ou da alternância, segundo o encadeamento lógico etc. Isso é que faz permitir ver-se a criatividade na forma, em busca de feitos diversos – surpresa, movimento etc. –, a definir um estilo – mais vivo etc. Mas esse estilo deve apresentar outras qualidades ligadas ao devido uso da pontuação, da grafia, do vocabulário, da semântica e da morfo-sintaxe, mormente a nível do uso dos conectivos, do uso dos tempos verbais, e da estruturação, da frase, levando-se em conta o disposto nos critérios de avaliação, através da alínea b.

g) Da segunda redação em seus pontos específicos

- Sendo o objetivo central desta segunda redação a “expressão em língua portuguesa”, determinar o seu valor máximo a partir do conjunto composto por morfo-sintaxe, vocabulário, semântica, grafia e pontuação.
- Aproveitar também as mesmas observações sobre a sintaxe narrativa do resumo.
- Apesar da inseparabilidade fundo/forma, considerar o conteúdo aqui de menor importância, num respeito ao objetivo delimitado.
- A nível de conteúdo, atentar à dificuldade do estabelecimento de uma escala de valores, quando literariamente tudo pode ser tratado e enobrecido – a arte é capaz de fazer milagres – e porque cada escola (movimento e/ou tendência) literária fez os seus valores até mesmo sobre o que pode parecer desvalor e antivalor. E os vestibulandos lêem todas as escolas!
- Qualquer dos temas poderá estar desenvolvido sob a forma de descrição, narração ou dissertação, todas de igual valor.
- O tema escolhido poderá ser simplesmente um ponto de partida ou de chegada. As estruturas narrativas de cunho popular, como as fábulas e as parábolas, fazem isto: contam uma história – ou estória – de que se extrai a moral, apresentada no início ou no fim, que é o tema do discurso. E grandes verdades foram ditas, nessa linha, também aproveitada no “discurso partidário”, tão bem tratado pela retórica clássica.
- O fio narrativo poderá ser mínimo e também abstrair muitos elementos tradicionalmente vistos como imprescindíveis. Não se pode negar o valor da “narrativa introspectiva”, do “nouveau roman”...
- A redação poderá estar validamente centrada na função emotiva, como a poesia lírica.
- Poderá a redação ser toda uma alegoria, toda uma metáfora.
- Não desprezar a influência de outros textos sobre a redação, se em arte a criação é recriação. Entre as produções literárias de alto valor, têm sido encontrados pontos de contacto, lugares-comuns.
- Respeitar a criatividade, sobretudo quando centrada na função poética.

h) Das anotações

Evitar observações não pertinentes à execução do trabalho (ao lado das redações).

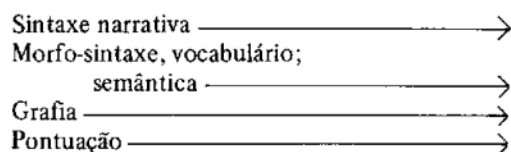
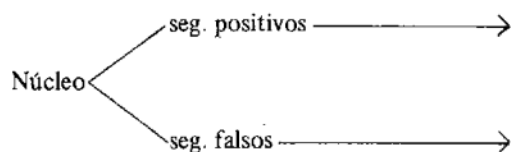
2.1.2 Da folha de correção padronizada

Foi preparada uma “folha de correção padronizada” a ser utilizada durante a correção, depois de testada no treinamento:

Professor:

Texto: RESUMO

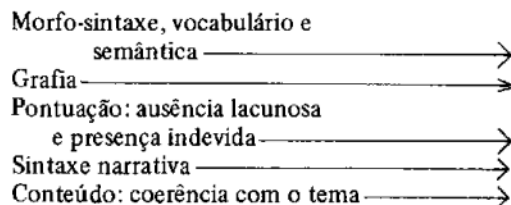
Nota atribuída:



Nota Final

Texto: Segunda redação

Nota atribuída:



Nota Final

2.1.3 Do roteiro da fase de treinamento

Para a fase de treinamento, definiu-se o roteiro seguinte:

- Leitura “dos critérios de avaliação”, com a leitura do texto a resumir, para levantamento no núcleo.
- Leitura da folha de correção padronizada;
- Distribuição dos três resumos de candidatos diversos, um a um;
 - distribuição do primeiro, correção e atribuição da nota;
 - idem para o segundo;
 - idem para o terceiro;
- Comentário sobre a avaliação dos resumos, com atenção aos desvios da média;
- Distribuição das três redações (2ª redação), uma a uma:
 - distribuição da primeira, correção e atribuição da nota;
 - idem para a segunda;
 - idem para a terceira;
- Comentários sobre a avaliação das redações, com atenção aos desvios da média.
- CONCLUSÕES

2.2 Da fase de treinamento

Reunindo os “avaliadores”, a fase de treinamento teve o objetivo de minimizar a dispersão do julgamento das provas, discutindo-se e testando-se os “critérios de avaliação” e a “folha de correção padronizada”

Nessa fase de treinamento, fixaram-se os princípios de atribuição das notas.

Assim, ficou acertado que cada parte em que se fragmentam as redações, para efeito de análise, seria medida de 0 a 10. É, em seguida, calculada a média aritmética dessas partes. Contudo, a nota definitiva do resumo não deveria ultrapassar a do núcleo; nem a nota definitiva da segunda redação deveria ultrapassar a do conjunto “morfo-sintaxe, vocabulário e semântica”.

Ainda se acertou que seria nula a redação fora do tema.

2.3 Da fase de correção

Ao longo de 13 dias, procedeu-se à correção das 29.259 provas, reunindo-se os 34 professores convocados — da UFPB e da Secretaria de Educação do Estado — numa tarefa diária individual não superior a oito horas — respeitada a conveniência e a disponibilidade de cada um —, com a produção média de dez provas por hora.

Cada professor corrigiu sozinho as duas redações das quarenta provas de cada pacote.

Houve da COPERVE a preocupação em proporcionar tudo o que fosse favorável ao desempenho dos professores, recomendando:

- a valorização do silêncio necessário a uma justa correção, fruto de uma reflexão séria, a evitar gratuidade do dez e do zero;
- a consulta a dicionários para que não fossem assinaladas como “erro” formas, significações e regências dicionarizadas, inclusive;
- e a consulta a colega, atribuindo, sobremaneira, a um professor, essa tarefa de acompanhamento.

Os “desvios” que se evidenciaram foram anotados à parte, por cada professor, e, ordenados, constituem uma amostragem significativa do despreparo dos candidatos, das lacunas do ensino, da tendência da língua e do ponto central das dificuldades.

Quando toda uma redação merecesse ser anotada na íntegra — por muito boa ou por muito fraca —, recomendou-se ao professor anotar a indicação do número de ordem da prova no pacote e anotar também qual a redação — se a primeira ou a segunda. Entretanto, algumas redações foram logo anotadas na íntegra pelo professor.

A atividade da correção, resultando numa visão próxima da situação demonstrada pelo desempenho dos candidatos, levou alguns professores à formulação de colocações diversas apresentadas à COPERVE:

- “Que seja a prova de Língua Portuguesa eliminatória”.
- “Que se dê ciência ao público dos desvios encontrados nas redações. O professor, em classe, mostrando aos alunos os erros e as respectivas correções, estarão facilitando uma certa fixação de uma oportuna aprendizagem — o que ocorre, por exemplo, no exercício do canto-choral ou do ensino de instrumentos musicais. O aluno de segundo grau, ao que me parece, já é capaz deste mecanismo”.
- “Que se mostrem aos alunos de segundo grau estes referidos aspectos, sem deixá-los preocupados com a teoria gramatical em si, e sim, com a forma fluente e límpida da fraseologia”.
- “Redações totalmente ilegíveis houve”.
- “Que a COPERVE envie cópia do relatório sobre a correção das provas de Comunicação e Expressão do Vestibular para os Colégios de 2º grau da rede oficial e particular do Estado, com a finalidade de dar conhecimento aos professores das maiores dificuldades encontradas pelos alunos no tocante à síntese e redação”.
- “Que, para uma melhor padronização das notas, seja colocada em cada mesa uma das pessoas que tem demonstrado regularidade e equilíbrio na atribuição de notas. Assim, os participantes daquela mesa deveriam ser orientados para pedirem sugestões e orientações quanto à atribuição de notas”.

- “Como os boletins com as médias e produção são muito importantes, na medida em que deixam o professor preocupado em não sair daquela faixa considerada ideal, sugiro que tais informações tornem-se praxe e saiam semanalmente”.
- “Que os temas da redação devam ser tanto de ordem subjetiva como de ordem objetiva”.
- “Que não se coloque tema da redação que tenha relação com o texto do resumo”.
- “Que não se corrija redação e/ou resumo feitos no rascunho ou no verso da prova”.
- “Que se aumente o pagamento das horas de trabalho dos professores”.

2.4 Da fase de avaliação e revisão da correção

Paralelamente à fase de correção das provas, procedeu-se a uma avaliação contínua, através de um trabalho estatístico com o fim de chegar-se a uma menor dispersão na atribuição das notas.

Este trabalho envolveu a determinação da média das notas atribuídas por cada professor, a determinação da média geral – média aritmética das médias por professor – e o cálculo do desvio de cada professor em relação a essa média geral.

Constatado um desvio significativo, na primeira fase de correção, fez-se proceder a uma revisão do julgamento das provas cujo avaliador tivesse apresentado maior dispersão no julgamento, o que evidenciava não estarem sendo observados com homogeneidade os critérios de avaliação. Essa revisão dava a liberdade de, caso necessário, alterar-se a nota atribuída, e foi um processo que continuou sempre que os desvios na avaliação o exigiram.

3 DO NÍVEL DO DESEMPENHO DOS CANDIDATOS NAS REDAÇÕES

3.1 Pontos específicos ao resumo

Como denúncia de que está faltando aos candidatos orientação devida e exercício freqüente de leitura e de resumo de texto, surgiram interpretações, por resumo:

“Como em contos de fadas; ou melhor como a estória: a galinha dos ovos de ouro. – O ambicioso por sua ambição acaba sem nada ou, talvez pior. Quem sabe?”

e muitos reflexos de imprecisa decodificação:

“É que dar para entender o lenhador é uma árvore e no entanto para não ser cortado pelo machado ela aceitou a fortuna”.

“[...] viu-se um homem que estava com muita cede, pençou que ao cavar a beira d’água encontrava um grande cofre [...]”

“O lenhador teve um sonho que ia vender uma árvore”.

Assim, o lenhador foi identificado com o “fantasma da floresta”, “o anjo da floresta”, “um homem invisível”, “um pobre velho”. E o gênio da mata apareceu como “um saci em forma de árvore”, “uma caapora”.

Muitos evitaram usar os termos “lenhador”, “gênio da mata” e até mesmo “machado do lenhador”. Teria sido reflexo da recomendação de não se transcreverem “frases” do texto? E substituíram lenhador por “cortador de lenha”, por “madeireiro”, por “profissional em madeira” etc. Substituíram o gênio da mata por “grande sábio”, por “assustante” etc. E, ainda, substituíram, algumas vezes, o machado do lenhador por “o cortante”.

Contudo, houve uma evolução sensível na composição do resumo.

3.2 Pontos específicos à segunda redação

No desenvolvimento dos temas sugeridos, comprovou-se a recorrência aos três tipos de composição, com larga preferência pela dissertação e com índice reduzido de descrições.

Nas narrações, quando incluíam o diálogo, não o faziam bem.

As redações, mui variadas no conteúdo, revelaram muito dos sentimentos, experiências, ob-

servações e posicionamentos individuais. O sonho é ora esperança, ora egoísmo. Amargurante é a distância existente entre sonho e realidade e a efemeridade própria do sonho, que é bom, apesar de ilusão, é algo necessário e nada “supérfluo”. No sonho, foi muito recorrente a idéia do “topos” “a vida é sonho”.

Houve certo aproveitamento do texto dado, que chegou a servir de ponto de partida ou de chegada a algumas composições.

Apresentaram-se conceitos falsos — “os países subdesenvolvidos são os EUA, a União Soviética, o Japão” — e restritos — “a ciência e o estudo da biologia”.

Alguns candidatos demonstraram o afã de trabalhar a redação, buscando recursos retóricos, mormente o “ornatus” e a “amplificatio”, sem que para isso tivessem sido bem orientados.

Nas composições, sempre houve muito o que dizer, sem que, contudo, tivessem sabido bem dizê-lo.

3.3 Pontos comuns às duas redações

3.3.1 Grafia

São incontáveis os “desvios” de grafia, denotando-se

Decorrência de “pronúncia” imprecisa, com metaplasmos reveladores de um nível popular de língua falada:

- aférese: “costumado” (acostumado);
- síncope da semivogal de ditongos finais crescentes: “memora” (memória), “negoço” (negócio), “paciença” (paciência);
- síncope da semivogal “i” de ditongos decrescentes mediais: “balarina” (bailarina);
- síncope do “r” nos grupos “br”, “pr”, etc.: “poblema” (problema);
- síncopes determinantes de desfazamento de proparoxítonos: “apci” (ápice);
- apócope do “s” final do sufixo número-pessoal “mos”: “consequimo” (...mos);
- apócopes determinantes de desfazimento de proparoxítonos: “deca” (década);
- próteses como: “alemrado”, “alevante” etc.;
- epêntese de “r” como: “prublica” (pública);
- rotacismo nos grupos pl e cl: “praca” (placa), “crasse” (classe);
- lambdacismo: “martilizar” (martirizar);
- assimilação, no gerúndio, do grupo nd > nn > n: “fazeno” (...ndo);
- assimilação do “a” inicial de certas formas, como “ocustumado” (acostumado);
- dissimilação como: “segnifica”, “veve” (vive);
- hipértese tipo “probe” (pobre);
- nasalização do i (e) inicial: “inritado”, “inlusão”, “enxiste”;
- desnasalização do grupo inicial ins: “estruemento”, “extruemento” (instrumento);
- monotongação como “omentar” (aumentar), “omejar” (almejar), “bosso” (bolso);
- monotongação no sufixo número-pessoal “ram”, do perfeito do indicativo: “chegaro” (chegaram);
- ditongação como “causo” (caso), “por acauso” (por acaso);

Decorrência de “pronúncia” imprecisa, com metaplasmos reveladores de tendências detectadas mesmo nos falantes que já alcançam um estágio mais elevado do aprendizado da língua:

- despalatalização do pronome “lhe”: “li”;
- palatalização: “familha” (família);
- suarabácti: “obistáculo”, “corrupito”, etc.;
- desnasalização da final em: “homes” (homens), “viage” (viagem);
- monotongação do ou final, no perfeito do indicativo: “falô” (falou);
- enfraquecimento do r final: “falá” (falar);
- crase: “alco” (álcool);
- “coperação” (cooperação);

- Decorrência de analogia: “conhecidência” (coincidência x conhecer);
- Desconhecimento da distinção entre vocábulo fonológico e vocábulo formal – “comedo” (com medo), “a sim” (assim) –, tomando-se a vogal inicial com o artigo – “a gonia” – ou a sílaba final do lexema por pronome enclítico – “torna-se” (tornasse), “pesadê-lo”, “chegar-mos” – ou, ainda, o pronome átono como sílaba final ou inicial do lexema – “cilevanta” (se levanta), “aproximoce” (aproximou-se) – chegando-se até ao retrocesso da grafia do português arcaico, sem o hífen, nas formas verbais com pronome enclítico – “levalo” (levá-lo);
- Confusão entre surdas e sonoras – “fazio” (vazio), “ogustumado” (acostumado);
- Confusão entre grafia do “ca” e do “qua”: “quausa” (causa);
- Decorrência da polivalência fônica do grafema: “êzito” (êxito);
- Decorrência da diversidade de grafemas para um mesmo fonema: “locau” (local), “inci-nuação” (insinuação);
- Falta de domínio da sintaxe: “há” (a) e “a” (há);
- Falta de conhecimento da etimologia: “abilidade” (habilidade).

Mas, o que surpreende deveras é incidirem imprecisões gráficas em palavras do vocabulário de base, no plural ou no singular: “unha” (uma), “au” (ao), “dais” (das), “lhe” (li), “home” (homem), “coiza” (coisa), “locau” (local), “quei” (quem).

Não menos espantosa é a codificação gráfica que fazem das formas verbais mais de base: “cer” (ser), “foce” (fosse), “ar” (há), “teija” (esteja).

Outros desvios na grafia merecem registro:

- o “ss” no início do vocábulo – “ssocego” (sossego).
- a divisão silábica, a demonstrar desconhecimento da separabilidade e/ou inseparabilidade dos encontros consonantais, dos dígrafos, dos ditongos e das vogais nasais acompanhadas por n: “mu-ndo”, “peq-ueno”, “comun-icações”, etc.
- o uso do hífen, ligando pronome átono a preposição: “sem-lhe dizer”.
- e o uso de letra maiúscula no meio da palavra: pRoveta.

Atenção especial merecem os desvios na acentuação gráfica, a revelar:

- falta de percepção da sílaba tônica – “bêleza”, “fantásia”, “hojê”;
- falta de distinção de timbre – hojê;
- tendência ao registro gráfico do acento tônico – “atingí-los”, “sería”;
- impropriedade, no uso de acento grave no “a” – “jâmais”.

Enfim, esses “desvios” de grafia traduzem, em parte, a grande dificuldade do sistema ortográfico em vigor – de base fonético-etimológica –, evidenciando:

- o desconhecimento da etimologia – embaraçante para o aluno do 2º grau –, com o conseqüente apelo à grafia analógica;
- a influência de aspectos fonológicos e prosódicos na codificação gráfica, revelando diferenças diatópicas e diastráticas;
- nível de aprendizado no estágio primário;
- a falta de domínio da sintaxe;
- a falta de domínio dos elementos estruturais do lexema e dos processos de formação das palavras; e
- a distância entre grafema e fonema.

3.3.2 Pontuação

Notou-se, nas redações, a falta de domínio no uso dos sinais que indicam a entoação – dois pontos, ponto de exclamação, aspas, parênteses, travessão e ponto final – e dos que indicam a pausa – vírgula, ponto vírgula, ponto seguido e parágrafo.

Também se faz sentir uma forte tendência a registrarem a pausa interventiva de oralização – que ocorre em qualquer ponto da cadeia fônica da mensagem –, em vez de se observarem as normas das pausas estruturais:

“Sonhar medo, é sonhar inseguração”.

3.3.3 Lêxico e semântica

Registrou-se muita “criatividade” a nível de vocabulário, com a apresentação de formas mais indefensáveis que defensáveis, todas no campo das lexias lexicais – que são classes de inventário aberto, isto é, de um número não finito de unidades de lexias.

Consideraram-se defensáveis aquelas que têm seu ponto de partida baseado num modelo lexical existente, configurado segundo a teoria de estrutura lexical fornecida pela língua. Este é o caso de “redigimento” (redigir + mento), seguindo o modelo de “seguimento” (seguir + mento).

Raramente, porém, justificam-se essas “criações”, por várias razões:

- 1) por aparecerem as “criações”, na maioria, em substituição a lexias já altamente frequentes no ato da fala e ainda não gastas, com todos os traços sêmicos ainda expressivos. Ex.: “ambicionismo”, (em alta frequência), por ambição;
- 2) por não ter sido demonstrada nenhuma consciência da criatividade da lexia, o que podia ter sido feito com o recurso de aspas, de sublinhamentos, de maiúsculas, de sinônimos ou de explicações parassinonímicas;
- 3) por se acharem algumas “criações” impregnadas de um halo popular. Ex.: insegurança (por insegurança), contrastação (por contraste);
- 4) por se acharem as “criações” em texto escrito cuja norma é a do respeito aos preceitos lexicais e gramaticais estabelecidos para a língua escrita, disciplinada;
- 5) por não representarem essas “criações” função estilística;
- 6) por não se constituírem as “criações”, na maioria, como elementos válidos para se integrem no campo lexical do decodificador.

A impropriedade vocabular foi largamente notada, inclusive entre termos com semelhança fônica – “sub-natural” por “sobrenatural”.

Às vezes se procedeu a próteses hoje de cunho popular: “alevantado”.

Foram levados para a redação recursos vocabulares da língua falada – até o nível popular –, tautologia, palavrão e desfiguração de estruturas memorizadas:

Ex.: “É uma coisa!”

“O gênio era quemem uma árvore”.

“Um dia quando sonhava eu tive um sonho”.

“ [...] é prejudicial é uma merda”...

“ [...] o tesouro [...] cheio de bordas”

Houve muita utilização de palavras vicárias: coisa etc.

Numa mesma redação se encontravam expressões por demais repetidas, empobrecendo o estilo: “maioria das vezes”, “embora que” etc. Apareceram composições que abusaram do emprego do advérbio de modo em *mente*, sem nenhuma intenção estilística.

Pleonasmos de valor negativo, sem valor expressivo ou sem a consagração do uso surgiram:

“na atualidade hoje”

“lhe propondo uma proposta”

Em passos diversos que se registraram justaposições de palavras de semas incompatíveis sem que nenhum efeito estilístico se ressaltasse: duradoura soneca (“duradoura” com um sema de “duração” e “soneca” com um sema de “rapidez”).

Vale ressaltar-se um uso positivo de restrição ou especialização do sentido:

“Acordou com o barulho das pratas de ouro”. (para moedas)

3.3.4 Estrutura flexional do nome e do verbo; a intensificação

a) Plural

No plural dos nomes, surgiram formas em “desvio”, ora decorrentes de pronúncia regional, com epêntese do *i* no grupo as – muitas (muitas) –, ora reveladoras de dificuldade na codificação gráfica – bões (bons) –, com a surpresa de serem formas por demais conhecidas do léxico do mais elementar aluno de primeiro grau.

Houve também extensão da marca do plural e forma invariável – algos (algo).

b) Gênero

Surgiu a forma “males” para “más” – “coisas males”.

c) Intensificação

Encontrou-se, impropriamente, o superlativo sintético reforçado com a anteposição de palavra intensiva – muito ótimo, mais belíssima. E ainda se intensificou com muito o adjetivo “formidável” que já traz sema superlativante. Revelam gosto popular.

d) Conjugação: desvios

Surgiram desvios na conjugação dos verbos *ter* e seus compostos – “tem” (por tenho), “manteu” (por manteve), “obteu” (por obteve) –, *ser* – “sejasse” (por fosse), *ir* – “ira” (por fora) etc.

A forma “seio” apareceu por “sei”, e o futuro do presente apareceu com a reduplicação da desinência modo-temporal – “levararás” (por levarás).

O particípio de “provir” surge desnasalizado: “provido”.

Nota-se marcante a presença de formas populares: andemos (por andamos), vevem, veve (por vivem, vive) e conseguimos (por conseguimos).

Indevidamente também apareceu flexionado em número e pessoa o infinitivo de uma locução perifrástica – desejamos vivermos (por desejamos viver).

3.3.5 Mecanismos sintáticos: regência, concordância e colocação

a) Regência

Registrou-se um largo uso da preposição *em* com verbos de movimento – chegar, ir – e da preposição *para* com o verbo pedir, caso polêmico.

Desviou-se o uso da preposição *de* para *em*, no verbo fugir (“apartar-se”, “desviar-se”).

Usou-se o acusativo *pelo* dativo em “ela o corresponde”.

Também surgiu esquecer de, num cruzamento em desvio:

esquecer → isso
esquecer-se → disso

À combinação de preposição com artigo, seguiu-se um artigo:

pelo um

Acumularam-se indevidamente preposições:

“Desde da época em que [...]”

Notaram-se desvios no uso dos casos dos pronomes pessoais:

– “o” como sujeito de formas finitas:

“O lembrou” (por ele lembrou)

– “o” com objetivo indireto:

“Ele dava-o um tesouro”

– “mim” como sujeito de infinitivo, tendência regional:

“É para mim fazer”

– “mim” sem preposição, quando devia ser a forma átona “me”:

“ [...] mim dá vontade [...] ”

– “me” preposicionado, quando devia ser a forma tônica “mim”:

“ [...] um vazio-o [! vazio] enorme vai se formando dentro de me”.

– “nós” como objeto indireto, quando devia ser a forma átona “nós” ou a forma “a nós”:

“Coisas que nós traz alegria”.

– “lhe” em vez de “o”, com alta frequência:

“O tronco lhe esmagou”.

– “nós” em par com “se”, em vez de “nós nos”:

“Porque no sonho nós se alegamos”.

O verbo acordar apareceu, em alta frequência, como pronominal, seguindo uma tendência evidente da língua falada.

Um traço da língua popular – a repetição do pronome *se* – foi evidenciado:

“Sim, nunca é tarde para *se* reabilitar-*se* do mal”.

O pronome “*lhe*” concorreu inadequadamente ao lado de “*o*”:

“O gênio o *lhe* disse que [...]”

Houve largo uso de “*onde*”, “*cujo*”, “*qual*”, “*quem*” e “*que*”, em alto índice de imprecisão, inclusive concorrendo em par “*que*” e “*cujo*”, “*que*” e “*do qual*”, “*que*” e “*no qual*”:

“O tempo passou bem rápido *onde* cresci”

“[...] a árvore *cuja* dentro vinha um gênio”.

“[...] destruir uma belíssima árvore da qual julgava-*lhe* um tesouro”.

“Neste mundo em quem vivemos”.

“O lenhador conta uma história de uma árvore, que dentro dela, havia um gênio”.

Nestes usos *se* notaram, pois, os seguintes casos:

– “*onde*” sem idéia de lugar;

– “*cujo*” sem função adjetiva, (genitivo), sem *se* situar entre dois substantivos, de tal maneira que o antecedente seja o possuidor do substantivo que o segue; daí *se* encontrar “*cujo*” até iniciando período;

– “*quem*” sem *se* referir a pessoas nem a coisa personificada;

– e “*que*” como “relativo universal”, isto é, desprovido da função sintática que aparece adiante expressa por um substantivo ou pronome preposicionado: trata-*se* de um uso da língua falada.

Registrou-*se* alta frequência do “*melhor*” em vez do “*mais bem*”, seguido de participio passado.

b) Concordância

Registraram-*se* casos reprováveis de concordância:

– Adjetivo único sem concordar em gênero com o substantivo a que *se* refere:

“É uma coisa muito bom”.

– “*Quem*” sem antecedente a levar o verbo ao plural:

“*Quem* dizem isto [...]”

– Sujeito no singular, a anteceder o verbo no plural:

“a juventude possuem”

– Sujeito plural e posposto, com verbo no singular, tendência da língua falada:

“Surge idéias fascinantes”

Caso polêmico também ocorreu do padrão espontâneo da língua falada:

“Através do sonho é que geralmente *se* extravasa [!] nossos medos etc.”

O caso de coletivo no singular com verbo no plural, de aceitação não restabelecida, apareceu:

“As vezes, a gente pensam”

c) Colocação

Registrou-*se* desaconselhável anteposição do sujeito ao verbo, nas orações reduzidas de gerúndio, de largo uso na língua falada:

“O homem sendo um conquistador”.

Também *se* encontrou a ordem *lhe* + *se* em vez de *se* + *lhe*:

“propôs-*lhe-se*”

Outras colocações surgiram com transposições violentas, de modo a obscurecer o sentido.

A ênclise ao futuro do presente também foi notada:

“levarei-*te*”

3.3.6 Estrutura frasal

A nível da estrutura da frase, exploraram os candidatos a “competência” de falante, configurando esquemas – muitas vezes indefensáveis – de grande imprevisibilidade e variedade, quase sempre com marcas da língua falada.

Merecem observação especial os casos de

- a) Frase negativa a nível de língua popular:
“E nem o lenhador não cumpriu o juramento”.
- b) Desvios na construção da iniciação do período, fazendo-a com relativo que exige antecedente.
- c) Desvios no uso dos tempos e modos verbais:
“Para que não precisava mais trabalhar”
- d) Topicalização própria de língua falada:
“O sonho, às vezes, ele é muito bom [...]”
- e) Truncamentos frásicos – freqüentes na língua falada – de vários graus de legibilidade, como:
“E quando sonhamos ao dormir, este não tem tanto valor”.
- f) Uso excessivo de “e aí então”, da língua falada.
- g) Muita falha no uso dos relatores, com uso excessivo de *e, pois, que*.
- h) Largo uso de *pois* em lugar de *porque* (causal).
- i) Larga tendência para o interrogativo *que* precedido do *o*:
“O que fazer?”
- j) Alta freqüência da forma *melhor* por *mais bem*:
“O povo precisa ser melhor assistido”

3.3.7 Caligrafia

Em princípio, a forma de letra denunciava o nível de aprendizagem do candidato.

4 DA REPERCUSSÃO DAS REDAÇÕES DO VESTIBULAR NO ENSINO DO SEGUNDO GRAU

Em relação a vestibulares anteriores, as redações apresentaram uma “melhora”, embora pouca, no desempenho dos candidatos, num testemunho de que tem havido mais exercício da língua escrita nas escolas de segundo grau.

CONCLUSÃO

Da correção, à guisa de conclusão, decorrem observações diversas.

1. Do desempenho dos candidatos

- Evidenciam os candidatos uma forte disposição para a redação;
- Sentem mais dificuldade no resumo;
- Ressentem-se de conhecimentos gerais, ou seja, de uma maior cultura dada pela leitura;
- Refletem falta de domínio da língua escrita, resvalando nos níveis da grafia – orientada por uma “pronúncia” imprecisa –, do léxico, da semântica e da morfo-sintaxe, em suas estruturas simples e complexas;
- Têm sede de criatividade;
- Marcam o discurso escrito com muitos traços da língua falada – coloquial corrente e até da popular; e
- Demonstram “melhora”, em relação aos anos anteriores.

2. Da prova

- Deve o vestibular manter questões de redação;
- Deve ter a parte de redação caráter eliminatório, no vestibular, com uma nota mínima representativa; e
- Tem a redação a possibilidade de revelar como anda o ensino e quem é o candidato, oferecendo matéria para diversas áreas de estudo, temas para muitas investigações.

3. Do ensino do primeiro e segundo graus

- O ensino de primeiro e segundo grau deve enfatizar o exercício de leitura e de redação orientadas, explorando-lhes os diversos tipos — leitura silenciosa, leitura oral, com atenção à pronúncia, ao ritmo e às pausas; descrição, narração, dissertação, recomposição em amplitude, resumo, interpretação, argumentação, carta etc.;
- Deve ainda levar o aluno à distinção entre língua escrita e falada em seus diferentes níveis; e
- Deve estimular os professores à pesquisa, para um aperfeiçoamento contínuo e necessário.

4. Do ensino de terceiro grau

- Os professores da Universidade devem desenvolver pesquisas diversas, aproveitando as redações do vestibular;
- Devem também procurar promover um maior intercâmbio com os professores de primeiro e segundo graus;
- E, ainda, devem mais refletir sobre a grande responsabilidade na preparação do profissional — são os professores de primeiro e segundo graus formados nas universidades.

Enfim, divididas as culpas da deficiente preparação do vestibulando, que se somem os interesses de todos, que devem trabalhar como um sistema de vasos comunicantes, ainda que possa parecer um sonho! Mas,

“O viver só é sonhar”
e “embora em sonhos,
não se perde o fazer bem”.

(Calderón de la Barca - *La vida es sueño*)